

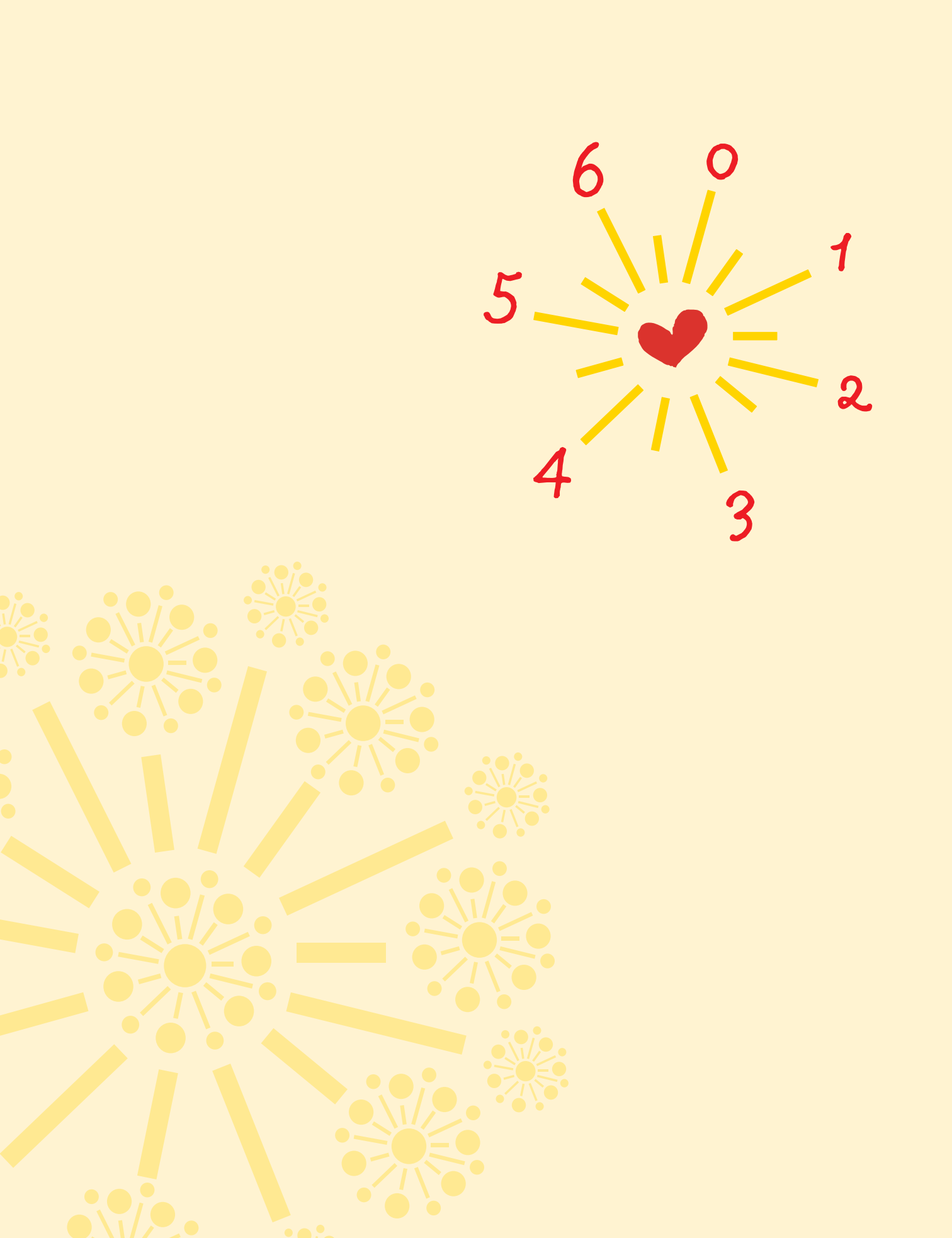
Guia prático



MaPI

MINAS  
*pela* PRIMEIRA  
INFÂNCIA





# Sumário

|                                                                                  |           |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Apresentação e mensagens de boas-vindas</b>                                   | <b>4</b>  |
| Mensagem do MPMG                                                                 | 6         |
| Mensagem da Urban95                                                              | 8         |
| Mensagem da REPI-MG                                                              | 10        |
| <b>O que é ser um MuPI?</b>                                                      | <b>12</b> |
| <b>As sete etapas do PMPI</b>                                                    | <b>16</b> |
| Etapa 1: Sensibilização e articulação Intersetorial                              | 19        |
| Etapa 2: Diagnóstico municipal da primeira infância                              | 21        |
| Etapa 3: Conversação – hora de ouvir a população                                 | 22        |
| Etapa 4: Sistematização e análise dos dados (Marco lógico)                       | 24        |
| Etapa 5: Redação do PMPI com os quadros operativos                               | 24        |
| Etapa 6: Validação, aprovação e instituição do PMPI                              | 25        |
| Etapa 7: Implementação, monitoramento e avaliação                                | 26        |
| <b>Temas urgentes para a proteção integral da primeira infância</b>              | <b>29</b> |
| <b>O que não pode faltar nesta caminhada de construção do PMPI?</b>              | <b>41</b> |
| <b>Os PMPIs em Minas Gerais</b>                                                  | <b>45</b> |
| <b>Quais ações são estratégicas para a primeira infância?</b>                    | <b>51</b> |
| <b>Inspirações para transformar os espaços públicos para a primeira infância</b> | <b>55</b> |
| <b>Fontes de informação</b>                                                      | <b>60</b> |
| <b>Links dos modelos de documentos</b>                                           | <b>62</b> |



# Apresentação

## *e mensagens de boas-vindas*

Este é o **Guia Prático do Projeto MaPI – Minas pela Primeira Infância**, uma ferramenta metodológica e normativa destinada a orientar, de forma clara e objetiva, os municípios mineiros no processo de elaboração ou implementação dos Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPis).

Todo município precisa ter o seu PMPI. Trata-se de um documento político e técnico que reúne informações importantes sobre a situação da primeira infância no município e define metas e ações para garantir a melhoria das condições de vida de crianças de zero a seis anos.

O Projeto MaPI é uma iniciativa robusta e multifacetada do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), em parceria com a Rede Primeira Infância – Minas Gerais (REPI-MG), a Fundação Van Leer/Urban95, o UNICEF, a Associação Mineira de Municípios (AMM), o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) e o Governo de Minas Gerais.

A visão do projeto é ir além da fiscalização, posicionando o MPMG como agente catalisador e facilitador de mudanças positivas na gestão pública, capacitando os municípios a cumprirem a legislação e transformarem seus territórios em ambientes mais acolhedores e propícios ao desenvolvimento infantil.

A justificativa é de natureza técnica e social. O investimento na primeira infância representa uma janela de oportunidade decisiva, moldando as bases cognitivas, emocionais e sociais de um indivíduo para toda a vida. A ausência de políticas públicas efetivas para essa faixa etária – ainda um desafio em muitos municípios mineiros – revela desigualdades significativas no acesso a serviços essenciais.

Assim, o Projeto se propõe a ser uma resposta estruturada a esses desafios, fornecendo ferramentas e apoio contínuo para a criação de políticas intersetoriais e duradouras.

Além do Guia, o Projeto aborda quatro pilares interconectados que, de forma sinérgica, compõem um ecossistema de suporte aos municípios:

- a Jornada de Fortalecimento Municipal, como mecanismo de apoio contínuo e engajamento;
- o Selo MuPI, como instrumento de reconhecimento e incentivo à progressão; e
- o Hotsite, como plataforma central de comunicação e repositório de dados e materiais.

O Guia Prático irá auxiliar prefeitos, gestores e demais atores no fortalecimento das políticas públicas voltadas às crianças de zero a seis anos. Os PMPis devem ser elaborados em todos os municípios brasileiros, conforme a Lei nº 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância).

Com os Planos, os municípios promovem o desenvolvimento integral da primeira infância de forma mais efetiva — resultado de um esforço coletivo e intersetorial. Os PMPis contribuem para transformações significativas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer, meio ambiente, mobilidade, planejamento urbano, entre outras.

Acreditamos que o seu município pode fazer a diferença no desenvolvimento integral das crianças de zero a seis anos. Aproveite o conteúdo técnico e as ideias de transformação presentes neste Guia — e seja um MuPI (Município pela Primeira Infância).

*“E há que se cuidar do broto  
Pra que a vida nos dê flor e fruto”*

**Milton Nascimento**

Prezada(o) Gestora(or) e Equipe Municipal,

É com enorme prazer que o Ministério Público de Minas Gerais apresenta este Guia Prático: uma das ferramentas que compõem o Projeto MaPI – Minas pela Primeira Infância, idealizado para a transformação da realidade das crianças mineiras de zero a seis anos.

Os primeiros seis anos de vida são essenciais para o desenvolvimento humano. Atenção, cuidado e investimento adequados em relação à saúde, à educação, à nutrição, à convivência familiar e comunitária, ao urbanismo, à cultura, ao esporte, ao lazer, dentre outros, são essenciais para que cada criança atinja o seu máximo potencial. Assegurar as condições adequadas para o florescimento de todos os indivíduos exige políticas públicas intersetoriais devidamente planejadas.

Com o objetivo de auxiliar os municípios a planejarem suas políticas públicas, construindo o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), conforme exigido pela Lei nº 13.257/16 (Marco Legal da Primeira Infância), o Ministério Público mineiro buscou parceiros estratégicos, que se juntaram ao MaPI, criando uma verdadeira rede de apoio aos entes municipais, para que cada cidade seja capaz de transformar seu território em um espaço de reconhecida proteção às crianças em seus anos iniciais de vida.

Com este guia, pretendemos oferecer um passo a passo que oriente, simplifique e auxilie o necessário processo de construção do PMPI.

Nossa verdadeira intenção é transformar planejamento em proteção. Modificar a realidade de Minas Gerais, alçando o estado ao status de referência nacional na proteção à primeira infância. Para tanto, precisamos de cada um dos nossos 853 municípios.

Contamos com a adesão e o compromisso de cada um de vocês nesta jornada. Juntos, podemos transformar esse sonho em realidade. Juntos, podemos construir territórios mais acolhedores, políticas mais efetivas e uma sociedade que verdadeiramente coloque a infância em primeiro lugar, garantindo que cada criança mineira – todas elas, sem exceção – possa crescer com dignidade, alegria e a certeza de que seu potencial será respeitado e cultivado.

Vamos juntos?

Com compromisso e esperança,

**Graciele de Rezende Almeida**

**Promotora de Justiça  
Coordenadora do CAODCA**

**Paulo de Tarso Moraes Filho**

**Procurador-Geral de Justiça do Ministério  
Público do Estado de Minas Gerais**



*A* Fundação Van Leer é uma organização holandesa que atua há mais de 70 anos promovendo o desenvolvimento integral na primeira infância, especialmente para famílias e crianças em situação de vulnerabilidade. Acreditamos que o combate à desigualdade começa no início da vida – todos merecem um bom começo.

No Brasil, a Fundação atua em parceria com todas as esferas do poder público, com organizações da sociedade civil e com instituições de pesquisa, impulsionando iniciativas que garantam ambientes mais acolhedores, responsivos e equitativos para bebês e crianças pequenas.

Sabemos que as políticas públicas se materializam nos municípios e que a promoção do desenvolvimento integral de meninas e meninos em seus primeiros anos de vida depende de cidades mais amigáveis à primeira infância.

A pergunta que orienta a iniciativa Urban95, da Fundação Van Leer, é simples:

*Se você pudesse experimentar a cidade a partir dos 95 cm – altura média de uma criança de três anos – que cidade gostaria de encontrar?*

Buscamos cidades mais verdes e resilientes, com espaços para brincar e vivenciar interações positivas com os outros e com o ambiente. Cidades que ofereçam programas e serviços de qualidade, apoiando o bem-estar dos cuidadores e das crianças.

Desde 2023, a Fundação Van Leer vem colaborando com a Rede Primeira Infância – Minas Gerais (REPI-MG), viabilizando apoio técnico para a elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPis).

A meta inicial – atingida – era apoiar a elaboração de 50 planos, mas ficou evidente que havia espaço para muito mais.

A partir da liderança e mobilização do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), embarcamos juntos nessa nova etapa, buscando ampliar as políticas públicas voltadas à primeira infância em todo o estado.

O MPMG quer apoiar os municípios mineiros na construção de políticas integradas e baseadas em evidências – e estaremos juntos nessa jornada.

Os PMPis são instrumentos estratégicos que traduzem o compromisso com a primeira infância em ações concretas, integrando diferentes setores – como saúde, educação, assistência social, cultura e planejamento urbano – em torno de uma agenda comum.

Investimos, assim, no presente e no futuro das cidades, promovendo mais justiça social, equidade e oportunidades para todos.

Que este guia inspire, oriente e fortaleça o trabalho de cada município, construindo cidades mais amigáveis à primeira infância e promotoras do desenvolvimento integral.

**Claudia Vidigal**

**Representante Brasil – Fundação Van Leer**

Van Leer  FOUNDATION

**URBAN95** 

*Um* novo desafio tem início para a Rede Primeira Infância – Minas Gerais (REPI-MG). Fazer parte do Projeto MaPI potencializa o que começamos em 2023, com o lançamento da campanha “50 Planos Municipais pela Primeira Infância de Minas Gerais”, realizada com o apoio da Fundação Van Leer/Urban95.

O objetivo inicial era apoiar os municípios na construção de seus Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPIs), já que, mesmo com o Marco Legal da Primeira Infância em vigor desde 2016, os planos ainda eram escassos em Minas Gerais.

O incentivo à mobilização local e o suporte técnico oferecidos pela REPI-MG possibilitaram que os municípios avançassem na criação de seus Comitês Intersectoriais da Primeira Infância, na realização do diagnóstico da situação das crianças de zero a seis anos em diferentes áreas, na organização das audiências públicas, na escuta das crianças e, por fim, na redação e aprovação dos PMPIs.

Em um estado tão grande e diverso, é fundamental a articulação de diferentes atores para proporcionar aos municípios um suporte atento às necessidades de cada território.

A Rede Primeira Infância – Minas Gerais (REPI-MG) é uma articulação de organizações, movimentos, coletivos, universidades e pessoas físicas que atuam na promoção dos direitos das crianças de zero a seis anos. Estar presente em todos os 853 municípios mineiros por meio do Projeto MaPI, em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), representa um passo muito valioso na nossa caminhada.

Contem com a REPI-MG nessa jornada.

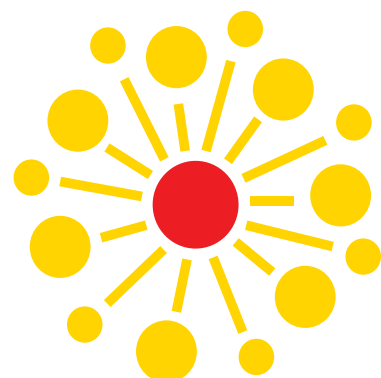
**Desirée Ruas**

**Galdina Arrais**

**Rogério Prado**

**Secretaria Executiva da REPI-MG**





# MuPI

MUNICÍPIO  
*pela* PRIMEIRA  
INFÂNCIA

BRONZE

PRATA

OURO

## O que é *ser* um MuPI?

O Selo MuPI (Município pela Primeira Infância) é um instrumento de reconhecimento e incentivo, criado para valorizar os municípios que se destacam na implementação de políticas públicas alinhadas ao Marco Legal da Primeira Infância.

A estrutura do Selo – com categorias Ouro, Prata e Bronze – foi estrategicamente desenhada como um mecanismo de estímulo à gestão pública, promovendo o engajamento e a melhoria contínua das ações voltadas à primeira infância.

Essa abordagem permite que municípios em diferentes estágios de maturidade sejam reconhecidos, ao mesmo tempo em que oferece um roteiro claro de aprimoramento, incentivando o avanço constante na consolidação de políticas públicas integradas para as crianças de zero a seis anos.

## O que fazer para receber o Selo MuPI?

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do projeto Minas Gerais para a Primeira Infância: Construindo um Futuro Integral para as Crianças, o Selo “Município pela Primeira Infância” (Selo MuPI), com o objetivo de reconhecer e incentivar os municípios mineiros que se destacarem na elaboração, aprovação e implementação de políticas públicas e Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI).

**Art. 2º** O Selo MuPI será concedido nas categorias Ouro, Prata e Bronze, em ordem crescente de exigências, baseadas em critérios objetivos.

**§ 1º** Para a concessão do **Selo na categoria Bronze**, o município deverá cumprir os seguintes critérios:

- I. ter instituído o Comitê Intersetorial da Primeira Infância por decreto;

- II. ter realizado o diagnóstico municipal da Primeira Infância;
- III. ter elaborado um marco lógico para a implementação do PMPI;
- IV. ter participado de ao menos duas oficinas oferecidas pelo projeto Minas Gerais para a Primeira Infância: Construindo um Futuro Integral para as Crianças;
- V. ter preenchido a pesquisa de acompanhamento do projeto;
- VI. ter enviado o PMPI ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), com a apresentação da declaração de recebimento.

**§ 2º.** Para a concessão do **Selo na Categoria Prata**, o município deverá cumprir os critérios da Categoria Bronze, acrescidos dos seguintes:

- I. ter o PMPI aprovado pelo CMDCA e encaminhado à Câmara Municipal, com a indicação da mensagem, ou documento equivalente, que comprove o envio;
- II. ter realizado ao menos uma ação de transformação cultural ou territorial.

**§ 3º.** Para a concessão do **Selo na Categoria Ouro**, o município deverá cumprir os critérios da Categoria Prata, acrescidos dos seguintes:

- I. ter o PMPI aprovado pela Câmara Municipal e transformado em lei, com a indicação de sua numeração;
- II. ter participado de ao menos três oficinas temáticas ofertadas pelo projeto Minas Gerais para a Primeira Infância: Construindo um Futuro Integral para as Crianças;
- III. ter orçamento específico para a primeira infância na Lei Orçamentária Anual (LOA) do ano vigente no momento da concessão;
- IV. ter realizado ao menos duas ações de transformação territorial cultural, sendo que uma delas, obrigatoriamente, deve estar vinculada à criação ou adaptação de áreas verdes para a primeira infância.



# As 7 etapas do PMPI

*A organização do Guia segue uma trilha lógica de elaboração, refletindo a jornada de um município desde a sensibilização inicial até a implementação do plano*

A estruturação proposta, em consonância com as diretrizes da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) e da Rede Primeira Infância - Minas Gerais (REPI-MG), divide o processo em etapas sequenciais e progressivas:

## *Etapa 1*

### **Sensibilização e articulação intersetorial**

Foco na mobilização interna do poder público e na criação do Comitê Intersectorial.

## *Etapa 2*

### **Diagnóstico municipal da primeira infância**

Orientação sobre a coleta de dados e análise da situação local, utilizando ferramentas como o painel de Business Intelligence (BI) do projeto.

## *Etapa 3*

### **Conversação: hora de ouvir a população**

Orientações sobre audiências públicas, fóruns, oficinas. Indicação de metodologia de como ouvir crianças.

## *Etapa 4*

### **Sistematização e análise dos dados (Marco lógico)**

Avaliação do diagnóstico e da escuta de crianças e adultos. Redação do Marco Lógico com as diretrizes fundamentais do PMPI.

## *Etapa 5*

### **Redação do PMPI com os quadros operativos**

Detalhamento da construção do PMPI, incluindo a definição de metas, indicadores e planos de ação.

## *Etapa 6*

### **Validação, aprovação e instituição do PMPI**

Explicações sobre o processo de aprovação do PMPI junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e, posteriormente, à Câmara Municipal, para sua institucionalização por lei.

## *Etapa 7*

### **Implementação, monitoramento e avaliação**

Orientações sobre como tirar o plano do papel, estabelecer mecanismos de monitoramento e realizar avaliações periódicas.



*Todos os municípios brasileiros precisam ter seu **Plano Municipal pela Primeira Infância elaborado e aprovado**, em sintonia com o Marco Legal da Primeira Infância (2016), com o Plano Nacional pela Primeira Infância e com a Política Nacional Integrada da Primeira Infância (2025)*



## *Etapa 1*

### **Sensibilização e articulação intersetorial**

*Foco na mobilização interna do poder público e na criação do Comitê Intersectorial*

Os primeiros passos para a elaboração do PMPI envolvem:

- Adesão do(a) prefeito(a) ao Projeto MaPI.
- Envolvimento de todas as secretarias e demais atores do município.
- Criação do Comitê Intersectorial da Primeira Infância.

#### **Como envolver as secretarias?**

O(A) prefeito(a) deve se reunir com todos os secretários municipais para apresentar a importância do PMPI e a decisão política do município em priorizar a primeira infância.

#### **Criação do Comitê**

**Como formalizar?** Por decreto municipal.

**Quem participa?** Representantes das diferentes secretarias municipais, do CMDCA, do Conselho Tutelar, de associações, do Legislativo, pais, mães, dentre outros. Para ampliar a diversidade do seu Comitê, é possível convidar outros setores para colaborar no processo em grupos de trabalho temáticos.

**Como funciona?** Reuniões periódicas com todos os integrantes do Comitê, divisão de tarefas, formação e apoio de comunicação.

**Como capacitar o Comitê?** É preciso que o Comitê e todos os colaboradores recebam informações sobre o processo de construção do PMPI. O primeiro encontro é um bom momento para uma leitura

coletiva do Guia para Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, produzido pela Rede Nacional Primeira Infância (RNPI). O Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016) e o Plano Nacional pela Primeira Infância também são leituras obrigatórias para os integrantes do Comitê, assim como a Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIIPI). Tais documentos definem os caminhos para a construção do PMPI.

### Como otimizar a elaboração do PMPI?

Para dar agilidade ao percurso de construção coletiva do PMPI, as reuniões do Comitê precisam ser frequentes, com a comunicação por grupo de whatsapp e encontros on-line sempre que for necessário. Faça ata de cada reunião, registre todas as decisões do Comitê. Fotografe e divulgue todas as atividades realizadas.



*O seu município assumiu a **responsabilidade** para a construção e a implementação do PMPI. Neste processo, o **engajamento** do(a) prefeito(a) e dos secretários municipais é fundamental*

Para acessar a listagem de indicadores e o painel B.I. acesse: Diagnóstico no Portal



## Etapa 2

### Diagnóstico municipal da primeira infância

*Orientação sobre a coleta de dados e análise da situação local, utilizando ferramentas como o painel de Business Intelligence (BI) do projeto*

#### Como é a realidade do seu município no que se refere às crianças de zero a seis anos?

Conhecer a realidade local é o primeiro passo para planejar políticas públicas efetivas. O diagnóstico municipal deve reunir informações quantitativas e qualitativas sobre a situação da primeira infância nas áreas de: educação, saúde, assistência social, cultura, meio ambiente, espaços públicos disponíveis, esporte e lazer, direito ao brincar, dentre outros.

#### Como fazer o diagnóstico?

O Comitê Intersetorial da Primeira Infância é responsável por coordenar o levantamento das informações. Cada secretaria municipal irá fornecer os dados acerca da situação da primeira infância, apresentando os programas e ações em curso e que beneficiam as crianças de zero a seis anos. Sites como o do IBGE ou o Primeira Infância Primeiro (da FMCSV) também podem ajudar nesta pesquisa.

#### Quais indicadores serão usados?

O Comitê irá definir quais indicadores irão entrar no diagnóstico de acordo com as características do município. A situação das diferentes infâncias (urbana, rural, indígena, quilombola, dentre outras) precisa ser mapeada e avaliada.

#### E se o município não tiver dados sobre um tema?

Se o Comitê identificar que há uma carência de dados sobre determinado problema, a realização de uma pesquisa no município poderá ser uma das ações do Plano.

## Etapa 3

### Conversação: hora de ouvir a população

*Orientações sobre audiências públicas, fóruns, oficinas e indicação de metodologia sobre como ouvir as crianças*

Para complementar o diagnóstico da etapa anterior, será preciso envolver diferentes públicos na elaboração do PMPI.

**Faça uma escuta interna nas diferentes secretarias**

**Realize audiências públicas** na Câmara Municipal

**Promova eventos e rodas de conversa** nas creches e escolas para ouvir famílias e educadores

**Crie um formulário on-line**

para uma consulta pública aberta a toda a população do município. Para garantir acessibilidade e inclusão, também é importante disponibilizar formulários impressos

**Faça atividades lúdicas** em creches, escolas, praças e parques para a escuta das crianças

### Como devem ser as atividades de escuta das crianças?

As formas de escuta das crianças devem ser pensadas para serem lúdicas e adequadas para cada faixa etária. Atividades com desenhos, contação de histórias e brincadeiras serão muito importantes. As crianças possuem uma forma particular de se expressar e é preciso uma escuta atenta e respeitosa para que elas se sintam acolhidas para participar das atividades. Os bebês e as crianças bem pequenas também devem ser incluídas no processo. As mães, os pais, os cuidadores e os educadores podem contribuir muito na identificação das questões relacionadas aos primeiros anos de vida e que precisam estar no PMPI.



## Etapa 4

### Sistematização e análise dos dados (Marco lógico)

#### *Avaliação do diagnóstico e da escuta de crianças e adultos*

As etapas de diagnóstico e escuta dos diferentes públicos fornecem dados que precisam ser analisados para a construção do Marco lógico que dará origem ao plano.

A partir dos indicadores nacionais relacionados às áreas de educação, saúde, assistência social e demais políticas públicas, é possível identificar se a realidade do município apresenta avanços, desafios ou desigualdades em relação à média nacional.

Essa análise orienta a definição de metas e prioridades do PMPI, permitindo que as ações propostas sejam baseadas em evidências e direcionadas às reais necessidades das crianças e suas famílias.

## Etapa 5

### Redação do PMPI com os quadros operativos

#### *Escrita de todos os capítulos do Plano, com atenção especial aos quadros operativos e definição de metas, indicadores e planos de ação*

Com base nos problemas identificados e objetivos definidos na etapa anterior, o Comitê irá redigir o PMPI que deverá ter os resultados do diagnóstico, os quadros operativos, contextualização e história do município, dentre outros capítulos.

A identificação das principais demandas do município e a construção dos quadros operativos definem o que será feito, de que forma, por quem, com quais recursos, em qual prazo e com quais indicadores.

## Etapa 6

### Validação, aprovação e instituição do PMPI

#### *Passos finais antes do envio do PMPI para apreciação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e, posteriormente, à Câmara Municipal, para sua institucionalização por lei*

- Revisão do Plano Municipal pela Primeira Infância (ortografia, gramática e conteúdo)
- Aprovação pelos integrantes do Comitê Intersetorial da Primeira Infância e colaboradores
- Apresentação do PMPI para prefeito(a) e secretários
- Encaminhamento do PMPI para apreciação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Redação do projeto de lei
- Encaminhamento para tramitação na Câmara Municipal
- Aprovação na Câmara Municipal e transformação em lei
- Sanção do(a) prefeito(a)
- Início da implementação do PMPI



## Etapa 7

### Implementação, monitoramento e avaliação

*Orientações sobre como tirar o plano do papel, estabelecer mecanismos de monitoramento e realizar avaliações periódicas*

Com força de lei, o PMPI é uma realidade no município e não está vinculado a um partido ou governo. Com a participação ampla da população, o plano será gradativamente implementado.

#### Como tirar o PMPI do papel?

Os quadros operativos que compõem o PMPI são fundamentais para trazer as ações para a realidade. Como ele é um plano para 10 anos, é importante criar um plano de ação anual em cada secretaria da administração pública. O plano de ação é um cronograma de atividades feito por cada área, que define suas ações (dentro do PMPI) para aquele ano.

#### Como é criado o Comitê de Monitoramento e Avaliação do PMPI?

O município poderá continuar com o mesmo Comitê Intersetorial da Primeira Infância que elaborou o plano na fase da implementação. Também é possível criar um novo comitê para esta finalidade por meio de decreto.

#### Como saber se o PMPI está atingindo seus objetivos durante a fase da implementação?

Novamente, os quadros operativos são a principal referência porque eles trazem os indicadores. Os números (absolutos ou em porcentagem) são o nosso principal aliado neste acompanhamento.





## Temas urgentes para a *proteção integral* da primeira infância

*A seguir, apresentamos reflexões que reforçam e complementam as 18 ações finalísticas presentes no Plano Nacional pela Primeira Infância e que precisam estar no PMPI do seu município*

### **Primeira infância saudável: o começo de uma vida plena**

As teorias de Barker apontam que a privação nutricional e o estresse durante a gestação e o início da vida podem programar permanentemente o corpo, aumentando o risco de doenças crônicas na idade adulta. Políticas públicas para a saúde, baseadas em cuidados primários, acessíveis e de qualidade, têm se mostrado bastante eficientes não somente na redução da mortalidade infantil, mas na determinação de adultos saudáveis e com vida plena. Essas políticas devem começar no planejamento familiar e estender-se no pré-natal e na puericultura de qualidade, onde estarão presentes a amamentação, o acompanhamento nutricional e a imunização. O seu município pode fortalecer a Estratégia de Saúde da Família que é o território perfeito para o exercício dessas políticas que potencializarão uma primeira infância saudável e os caminhos para uma vida brilhante.

## A importância das creches

A educação infantil é um direito fundamental e essencial para o desenvolvimento das crianças e a redução das desigualdades sociais. No entanto, a realidade ainda mostra um grande déficit de vagas em creches, o que impede milhares de crianças de zero a três anos de terem acesso a um ambiente seguro e educativo.

O seu município precisa cumprir seu dever de ofertar vagas em creches públicas ou conveniadas, assegurando o direito constitucional à educação infantil. O Projeto Crescer Juntos – Creches e Oportunidades atua de forma integrada, com Promotores de Justiça em todo o estado, cobrando dos municípios um levantamento preciso da demanda, o planejamento e a destinação de recursos para a ampliação de vagas.

[Saiba mais](#)



## Atenção aos direitos de todas as crianças

As diferentes infâncias precisam estar no PMPI e ter seus direitos assegurados. As mesmas oportunidades de desenvolvimento saudável devem ser oferecidas a todas as crianças. O seu município precisa garantir a inclusão das demandas das crianças atípicas, com deficiência, com doenças crônicas, hospitalizadas, quilombolas, ribeirinhas, indígenas, circenses, ciganas, habitantes de áreas urbanas e áreas rurais e todas as outras. O recorte racial e social ajuda a identificar as desigualdades de acesso a serviços e a potencializar o trabalho da administração municipal.

## Uso de telas, adultização e saúde mental

Pesquisa realizada pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, em parceria com o Datafolha, mostrou que 78% das crianças de zero a três anos estão expostas diariamente às telas. Esse número é ainda maior entre as de quatro a seis anos, chegando a 94%. O seu município pode apoiar os cuidadores e responsáveis para que as crianças não estejam expostas a telas e a conteúdos impróprios (como sexualização, violência, incentivo ao consumismo etc), promover a reflexão sobre o tema e garantir ações que identifiquem e cuidem da saúde mental das crianças. Promova alternativas às telas para as crianças, sempre que possível, incentivando o brincar livre e na natureza.

## Apoio à parentalidade

Muitas ações incentivam o vínculo positivo entre pais, mães, cuidadores e bebês e crianças pequenas: Semana do Bebê, cartilhas, rodas de conversas, programas de visitas domiciliares.

Sabia que a Lei Federal 14.826/2024 institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias para prevenção à violência contra crianças? O seu município pode apoiar pais, mães e demais responsáveis em ações que estimulem a parentalidade positiva que, na prática, significa cuidar com amor, proteger, estimular o desenvolvimento, práticas positivas de disciplina e a ausência de punições físicas (tapas e palmadas) ou violência psicológica (agressões verbais e xingamentos), negligência (ausência de higiene ou cuidados básicos). Ajudar as famílias a ter acesso a oportunidades de trabalho, a condições adequadas de moradia, a alimentação adequada e a viver em um ambiente saudável também impacta diretamente na qualidade da parentalidade e no desenvolvimento da primeira infância.



## Espaços públicos lúdicos e seguros

É possível transformar espaços públicos ociosos e inseguros em áreas que convidem à permanência de crianças e suas famílias. O seu município pode criar ações que incentivem a participação da comunidade e das crianças na melhoria das condições de praças e parques. Com soluções de baixo custo é possível criar pequenos espaços de convivência: pinturas lúdicas no piso, novos canteiros com hortas, plantas e flores, bancos e outros equipamentos. Parques naturalizados, com brinquedos feitos de troncos de árvores, ganham cada vez mais espaço pelo Brasil por ser uma solução mais natural e econômica para os parquinhos infantis. Confira algumas das ideias da iniciativa Urban95 na página 55 deste Guia.

## Direito de brincar em todos os contextos

Como brincar é um direito, cabe ao poder público garantir que as crianças possam ter espaços e condições que estimulem as brincadeiras. O seu município pode promover a capacitação de educadores e brincantes, promover eventos sobre a importância do brincar, disseminar as brincadeiras tradicionais da sua região, criar novos espaços de convivência e brincadeira e criar e manter praças, parques e quadras esportivas. Outras ações envolvem promover ruas de brincar e do lazer, instituir por lei no calendário oficial a Semana do Brincar, criar e manter brinquedotecas em diferentes espaços, incluindo hospitais (como determina a Lei Federal nº 11.104/2005) e promover feiras de troca e doação de brinquedos como formas de estímulo a este direito.

## Mudanças climáticas e outras questões ambientais

As crianças são mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. O seu município pode amenizar as ilhas de calor e suas altas temperaturas aumentando a arborização urbana e as áreas verdes nas escolas e creches. É preciso criar um plano para o enfrentamento às emergências climáticas com ações preventivas em áreas sujeitas a inundações e outros fenômenos climáticos. Também é necessário monitorar os impactos de atividades, como a mineração, que podem afetar a saúde e a segurança das crianças e suas famílias. A poluição do ar, da água, sonora e outros problemas dos grandes empreendimentos sobre o ambiente precisam estar incluídos no diagnóstico sobre a situação da primeira infância do seu município.

## Ações antirracistas

As crianças têm contato com o racismo na primeira infância. O seu município pode promover ações que contribuam para uma educação antirracista e inclusiva, eliminando preconceitos e promovendo a valorização da diversidade cultural. Outras ações são: realizar a capacitação de profissionais de diferentes áreas em práticas antirracistas e monitoramento de indicadores com recorte racial, promover a equidade racial e criar eventos culturais voltados à promoção da cultura afro-brasileira e indígena.

## Cuidar de quem cuida

Para que a primeira infância seja uma prioridade real é preciso investir na capacitação e na infraestrutura disponível para o trabalho de todos os profissionais envolvidos com as crianças de zero a seis anos. O seu município pode garantir boas condições de trabalho para gestantes e mães trabalhadoras com filhos pequenos, educadores e demais profissionais das creches e da educação infantil, profissionais de saúde e outras áreas ligadas à primeira infância. O PMPI precisa garantir ações ligadas à saúde e ao bem-estar de quem cuida e promover redes de apoio para mães e cuidadores, em sintonia com a Política Nacional de Cuidados (Lei Federal nº 15069/2024).

## Prevenção de acidentes

O seu município pode promover ações de sensibilização para alertar a população quanto aos riscos dos acidentes com as crianças. Garantir ambientes seguros dentro e fora de suas casas deve ser uma das metas do PMPI. Promova ações de fiscalização e educação em clubes, quadras de esportes, escolas, áreas de lazer e convivência e espaços com grande circulação de crianças. Além de campanhas de sensibilização para evitar afogamentos, sufocamentos e acidentes domésticos, é preciso garantir segurança nos deslocamentos por meio de calçadas seguras, semáforos, quebra-molas e faixas de pedestres. Inclua no diagnóstico do seu PMPI a situação da segurança no trânsito em toda a cidade, com especial atenção a locais como o entorno de creches, escolas, centros de saúde e praças.

## Convivência familiar e comunitária

A Política Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) é um conjunto de diretrizes e ações para garantir o direito de crianças e adolescentes de crescerem em um ambiente familiar seguro e acolhedor, fortalecendo vínculos. O seu município pode incentivar ações que promovam o fortalecimento da convivência familiar e comunitária: mapear famílias em situação de vulnerabilidade, criar espaços de encontro de famílias e ações para troca de experiências entre mães e cuidadores, fortalecer o Programa Família Acolhedora, capacitar gestores e equipes técnicas sobre o tema e monitorar resultados, com indicadores de participação, vínculos fortalecidos e redução de situações de risco.



## Garantir o contato com a natureza

Creches e pré-escolas precisam promover o contato das crianças com áreas verdes já que essa conexão tem impacto na saúde, no aprendizado e no bem-estar. 44% das unidades de educação infantil nas capitais brasileiras, no entanto, não possuem nenhuma área verde, segundo o relatório “O Acesso ao Verde e a Resiliência Climática nas Escolas das Capitais Brasileiras” do Instituto Alana, com base na análise do MapBiomas. O seu município pode adotar uma postura ecológica e sustentável em diferentes temáticas, criar eventos e atividades de educação ambiental, criar e manter o verde de praças e parques e cuidar da arborização urbana.

## Prevenção e enfrentamento às diversas formas de violência

De acordo com o Atlas da Violência 2025, o número de homicídios de bebês e crianças na primeira infância cresceu 15,6% em 2023. Outros tipos de violência não-letais também estão registrados no documento, como violência psicológica, negligência/abandono, violência física e violência sexual. Entre crianças de zero a quatro anos, os casos de violência física registraram um aumento alarmante de 52,2% entre 2022 e 2023, segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), ferramenta do Ministério da Saúde usada pelo Atlas para monitorar ocorrências em todo o país. Segundo o Atlas, 67,8% dos casos de violências não letais contra crianças ocorreram dentro de casa. O seu município pode realizar um mapeamento das violências contra as crianças e identificar as melhores formas de se combater o problema. Ações intersetoriais contra a violência infantil precisam estar no PMPI.

## Direito à cultura

Por meio da cultura, a criança tem contato com diferentes linguagens artísticas que ampliam seu repertório, desenvolvem a capacidade crítica, sua sensibilidade e criatividade. O seu município pode garantir o acesso das crianças e suas famílias a bibliotecas, museus, teatros e centros culturais de qualidade. As festas populares, feiras e outras tradições regionais precisam ser pensadas incluindo a participação das crianças. Crie espaços culturais acessíveis, seguros e adequados à presença de bebês e crianças pequenas com fraldário e áreas de descanso. O diagnóstico do seu PMPI deve incluir o levantamento das ações culturais para as crianças, avaliando a quantidade e a qualidade das mesmas.

## Participação infantil no município

A participação das crianças em todas as questões que as afetam é um direito garantido desde 1989 na Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas. Além de garantir a inclusão das crianças na elaboração do PMPI, o seu município pode criar uma comissão infantil para efetivar o direito de participação em diferentes questões relacionadas à administração pública. As crianças devem ser inseridas nos processos participativos do município porque é um direito delas, é um exercício de cidadania e proporciona novos olhares e possibilidades para o tema.

## Amamentação e alimentação adequada e saudável

É fundamental realizar ações que promovam o aleitamento materno exclusivo até seis meses e continuado até dois anos ou mais, respeitando e monitorando a Lei 11.265/06 e o Decreto 9.538/18 do Ministério da Saúde. Além disso, os municípios devem incentivar a certificação de “Creches Amigas da Criança” e “Hospitais Amigos da Criança”, bem como outras estratégias e programas governamentais para garantir o direito à amamentação nos locais de trabalho e em locais públicos e privados de uso coletivo.

O seu município pode estimular a oferta de leite materno nas creches, implementar educação alimentar e nutricional desde a gestação, e criar ambientes alimentares saudáveis nas unidades de saúde, escolas e espaços infantis, priorizando a oferta de alimentos frescos e minimamente processados. As articulações intersetoriais entre políticas voltadas ao desenvolvimento integral da Primeira Infância também são essenciais: ações no Agosto Dourado, mês de incentivo à amamentação e também da Primeira Infância, e durante todo o ano.





## O que *não* pode faltar nesta caminhada de construção do PMPI?

*Mesmo que seu município já tenha um Plano Decenal pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, é importante construir um Plano Municipal pela Primeira Infância. Os diferentes planos são complementares já que o PMPI possui um olhar específico sobre as demandas das gestantes, dos bebês e das crianças com idade até seis anos incompletos. Aqui apresentamos algumas observações para o sucesso do seu PMPI*

### **Comunicação**

O seu município precisa divulgar que um importante processo de construção coletiva está em curso. Cartazes, mensagens em aplicativos como whatsapp, entrevistas na rádio local e na TV, e-mails e carro de som são formas de comunicação disponíveis para falar sobre a importância do PMPI e o processo de participação. O seu município pode criar uma identidade visual (marca) para o processo, pode usar um mascote escolhido com participação das crianças, definindo as cores e as formas que melhor representam o esforço coletivo pela primeira infância.

## **Apoio técnico**

A construção do PMPI demanda um trabalho com indicadores, estatísticas, planilhas, gráficos, relatórios e textos. O Comitê Intersectorial da Primeira Infância vai precisar do apoio de profissionais da administração municipal que dominem o uso de programas como Excel, Word e de criação gráfica. Eles também podem ajudar na criação de peças de comunicação, como cartazes, e na diagramação do documento final do texto. O registro das etapas do processo – com a anotação de todas as contribuições dos participantes (crianças e adultos), desenhos e fotografias – também é fundamental. Profissionais da área da comunicação, estatística e com experiência na criação de políticas públicas precisam estar inseridos no Comitê desde o início.

## **Construção coletiva**

O PMPI é o resultado do esforço de pessoas de diferentes áreas. Por isso, é importante que o Comitê seja intersectorial, tenha diversidade de participantes, incluindo representantes de conselhos, lideranças comunitárias e outros. O processo de construção do PMPI também precisa estar aberto à participação de toda a comunidade: educadores(as), pais, mães, avós, profissionais de saúde, comerciantes, profissionais de planejamento urbano, ativistas etc. É fundamental envolver o maior número de pessoas, secretarias e organizações.

## **Participação infantil**

O PMPI é, antes de tudo, delas – das crianças. Por isso, é essencial garantir que as demandas, experiências e desejos dos bebês, das crianças e de seus cuidadores estejam efetivamente incorporados ao documento. O Plano precisa incluir as falas e os desejos desse grupo. É fundamental que o processo de escuta das crianças tenha participação das diferentes infâncias (urbana, rural, indígena, quilombola, crianças com deficiência etc.).

A escuta das crianças precisa ser feita por profissionais capacitados para uma observação atenta e sensível, respeitando as formas de expressão e os ritmos infantis. A escola é um importante espaço para a realização da escuta das crianças.

## **Continuidade nos processos**

O PMPI é um plano de estado e não um plano de governo. Como é um plano para dez anos, diferentes prefeitos(as) passarão pelo município ao longo deste tempo. As mudanças na administração municipal não devem ser obstáculos para o bom andamento da elaboração, aprovação e implementação do PMPI.



# Os PMPIs em Minas Gerais

*Por meio de um processo participativo e com ampla escuta das crianças, a REPI-MG mobilizou todas as regiões do estado pela primeira infância*

Foi uma iniciativa inédita em Minas Gerais, idealizada pela REPI-MG, que inaugurou uma grande mobilização pela construção coletiva dos Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPIs). Desde 2023, muitos municípios vêm criando seus Comitês Intersectoriais da Primeira Infância para dialogar e agir por políticas públicas voltadas para as crianças de zero a seis anos nos seus territórios.

Para além do tripé fundamental Educação, Saúde e Assistência Social, o movimento iniciado pela REPI-MG incentiva a elaboração de planos que tenham ações e metas nas áreas da cultura, do meio ambiente, do planejamento urbano, dentre outras. Os PMPIs são documentos técnicos e políticos que incluem as crianças como parte do processo e buscam mobilizar todos os públicos envolvidos no município.



Evento regional em Montes Claros (foto: Arquivo REPI-MG)

*Todos que iniciam, em 2025 e 2026, o processo de construção coletiva dos seus PMPIs têm o estímulo dos municípios que já aprovaram seus Planos e também receberam o apoio técnico da Rede Primeira Infância – MG.*



*Evento regional realizado pela UNCME e pela REPI-MG em Contagem, MG (Foto: Arquivo REPI-MG)*



*Iniciativa da sociedade civil fomentou a construção dos primeiros 50 PMPIs do estado (Foto: TCE-MG - Daniele Fernandes/Hernando Garcia)*

## O UNICEF e a primeira infância

O UNICEF, no decorrer dos últimos 20 anos, vem disseminando a metodologia do Selo UNICEF no Estado de Minas Gerais, junto aos municípios da Região do Semiárido mineiro, compreendendo as Regiões do Norte de Minas, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e Vale do Rio Doce.

O Selo UNICEF tem como prioridade contribuir para o fortalecimento das políticas públicas municipais por meio da oferta de cursos formativos, orientações, dados e assistência técnica. Com estas estratégias visa o aprimoramento dos serviços básicos de saúde, educação, assistência social, saneamento básico, proteção social e políticas de equidade étnico-racial. A premissa central consiste em garantir uma melhor qualidade de vida às crianças e adolescentes e alcançar as que vivem em situação de maior desigualdade.

Pautado na intersetorialidade, também possibilita o fomento e a implementação das políticas municipais voltadas à primeira infância, à medida que os municípios que participam do Selo UNICEF são orientados a elaborarem seus Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPIs). A exemplo de resultados, cabe destacar que, na edição anterior do Selo, que compreendeu o período de 2021 a 2024, dos 111 municípios mineiros que aderiram, 45 elaboraram o PMPI de forma adequada.

[Saiba mais](#)

## O que os municípios têm a dizer sobre a construção coletiva dos PMPIs?

*Confira as mensagens de municípios que já passaram pelo processo de elaboração e aprovação dos PMPIs em Minas Gerais com o apoio da REPI-MG*

*Construa seu PMPI, pois é um trabalho riquíssimo. Com ele, é possível fazer uma leitura da primeira infância de todo seu município, identificando os pontos fortes e fracos, elaborando ações eficazes para fazer um atendimento de qualidade. Amamos fazer.*

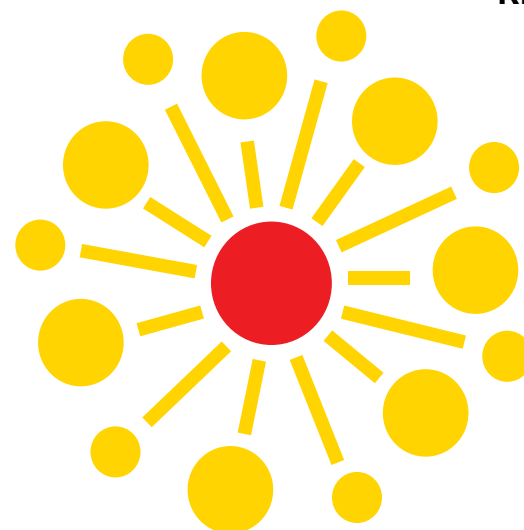
**Comitê Intersectorial da Primeira Infância**  
**Cachoeira da Prata – MG**

*Conheça a escuta das crianças promovida no processo de construção do PMPI em Itabira (MG)*

[Link para o vídeo](#)

*O PMPI é um documento muito importante para todos os municípios. O processo de elaboração não é fácil, mas vale a pena. Estejam unidos, lutem e não desanimem.*

**Comitê Intersectorial da Primeira Infância**  
**Aimorés - MG**



*Devemos dar mais importância à primeira infância e proporcionar uma cidade que lhes atenda em todas as suas necessidades, em especial ao direito de brincar, criando espaços próprios para isso. A linguagem delas é o brincar.*

**Comitê Intersectorial da Primeira Infância**  
**Ribeirão das Neves – MG**

*Cássia se orgulha de fazer parte do movimento que fortalece a Primeira Infância em Minas Gerais! Tivemos o reconhecimento pelo trabalho intersectorial dedicado ao cuidado, à proteção e ao desenvolvimento integral das crianças de ações realizadas pelo Comitê Intersectorial de Cássia! A união de esforços é o que nos leva mais longe! Vamos continuar plantando sementes de esperança e cuidado para um futuro melhor.*

**Comitê Intersectorial da Primeira Infância**  
**Cássia - MG**

*A felicidade é grande em saber que nosso município agora tem PMPI. Era um sonho grande que foi construído coletivamente com a ajuda da REPI-MG. Queríamos fazer, porém não sabíamos como. Para nossa alegria, a REPI-MG existe e está aí para auxiliar os municípios com o método correto da construção do Plano. A palavra do momento é GRATIDÃO à Rede Primeira Infância por existir e fazer a diferença na vida das crianças mineiras. Uma cidade com um PMPI e a sua real efetivação no território representa um ganho muito grande para todos nós.*

**Comitê Intersectorial da Primeira Infância**  
**Campestre - MG**



# Quais ações são estratégicas para a *primeira infância*?

*Priorizar a primeira infância no seu município exige algumas medidas que vão garantir o planejamento adequado das políticas públicas*

## **Estabelecer uma governança da primeira infância**

Definir a estrutura responsável por coordenar e acompanhar a execução das ações de primeira infância no município – comitê, coordenação, secretaria ou outro formato adequado ao contexto local.

## **Garantir orçamento**

Para assegurar que as metas e estratégias do PMPI sejam efetivadas, é necessário garantir que as ações para a primeira infância estejam no orçamento municipal.

## **Qualificar e escalar serviços existentes**

Criar novos serviços pode ser demorado e gerar conflitos. Serviços já existentes podem ser qualificados ou repensados para também receber a primeira infância.

## **Elaborar, implementar, monitorar e avaliar o PMPI**

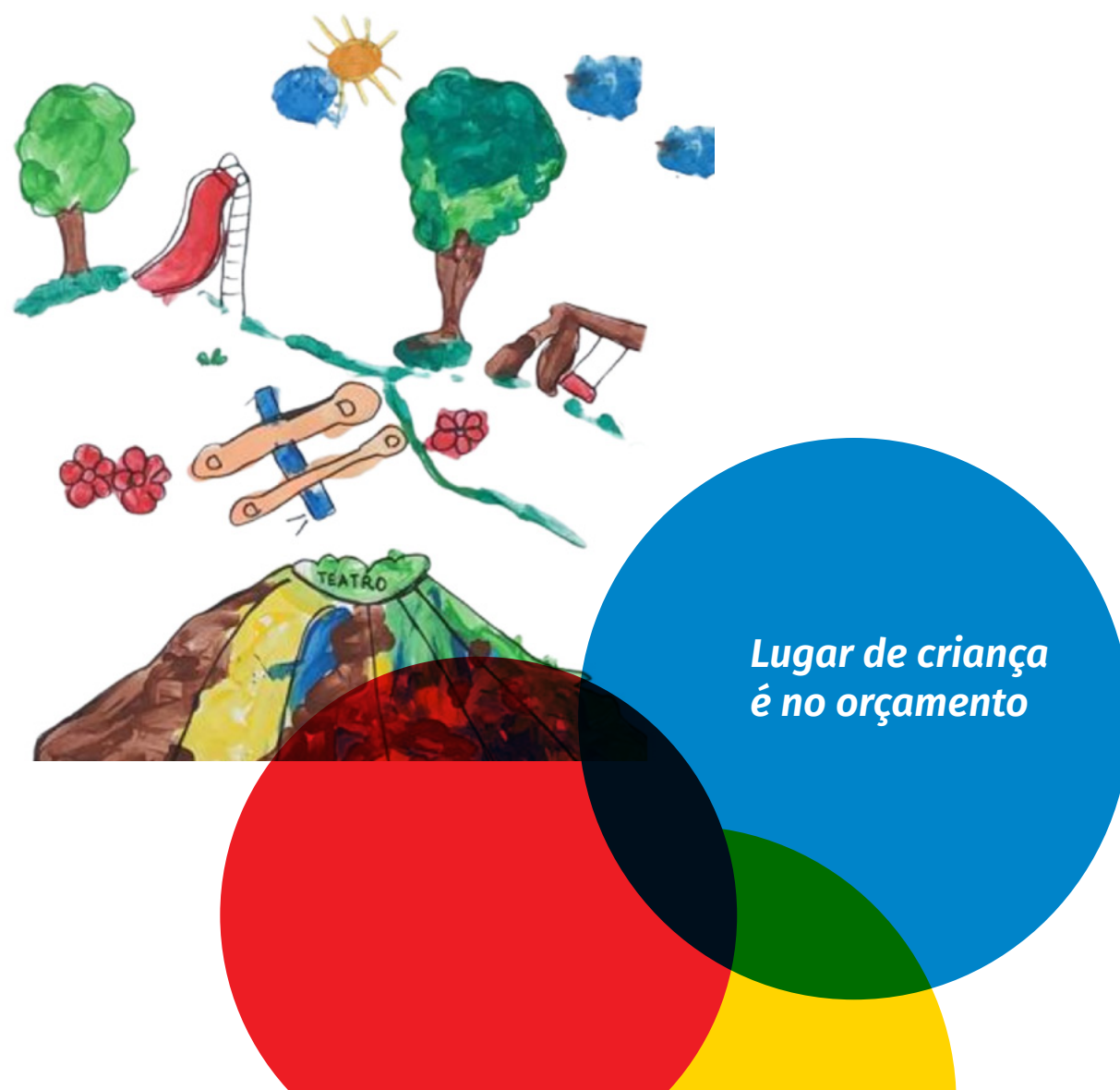
O Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) é uma oportunidade para que pastas diversas se unam para o desenvolvimento de metas e estratégias, e começa com um diagnóstico sobre a primeira infância.

## Testar projetos de transformação dos espaços públicos

Projetos-piloto para a implementação de entornos escolares seguros ou a criação de espaços naturalizados, por exemplo, ajudam a buscar aprendizados para a escala.

*Veja as inspirações da [página 55 a 58](#) e das imagens que ilustram esse guia*

*Fonte: Urban95 - [Como implementar na prática](#)*



## Orçamento para a primeira infância

### **O que o TCE-MG recomenda?**

Apesar de não existir padronização nacional para identificar, na Lei Orçamentária Anual (LOA), a parcela dos recursos que devem ser investidos na primeira Infância, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) reforça a importância de se garantir investimentos específicos para esta faixa etária. Estas e outras informações estão no site 1, 2, 3 e já!, lançado pelo TCE-MG e dedicado à primeira infância. Na plataforma é possível acompanhar dados relativos às crianças de zero a seis anos no estado, o número de municípios que têm o seu PMPI aprovado em lei e outras informações importantes para a tomada de decisões pela gestão municipal. Para tornar o orçamento mais claro, o TCE-MG recomenda que governos adotem marcações consistentes e agrupem gastos em três categorias:

- **Exclusivos:** ações voltadas diretamente às crianças pequenas (creches, pré-escolas, visitas domiciliares, programas de parentalidade).
- **Não exclusivos:** políticas que atendem a todos, mas que beneficiam fortemente a Primeira Infância (atenção primária em saúde, pré-natal, puericultura, vacinação infantil).
- **Difusos:** despesas gerais que impactam indiretamente as crianças (gestão, manutenção urbana, comunicação), das quais pode ser estimada a parcela destinada ao público infantil.

*Para saber mais  
acesse o site do  
TCE-MG dedicado à  
primeira infância:*

**<https://primeirainfancia.tce.mg.gov.br/>**



# Inspirações para *transformar* os espaços públicos para a primeira infância

*Já pensou de que forma o seu município pode ser mais acolhedor para bebês, crianças pequenas e suas famílias?*

A Urban95 é uma iniciativa da Fundação Van Leer que busca formas para tornar os espaços mais lúdicos, acessíveis, seguros e estimulantes para as crianças. Os projetos da Urban95 estão presentes em municípios brasileiros e em outras partes do mundo trazendo soluções de baixo custo e de grande impacto para o bem-estar de bebês, crianças pequenas e suas famílias. Conheça algumas ideias a seguir:

## **1** Parques e pátios escolares naturalizados

A ideia é usar recursos da própria natureza para construir espaços. Troncos, pedras e materiais de poda fazem com que praças, escolas e parques tenham menos cimento e mais terra, grama e flores.



## 2 Praças da infância

A partir da escuta da comunidade adulta e infantil, pensar em praças que convidem as famílias a frequentá-las confortavelmente com as crianças.

- Diversidade de brinquedos (naturalizados, tradicionais etc.) para incentivar as crianças a passarem mais tempo ao ar livre.
- Mobiliários para diferentes faixas etárias, sem se esquecer dos bebês.
- Bancos com encostos confortáveis e perto dos espaços de brincar.
- Boa quantidade de espaços verdes para melhorar a permeabilidade do solo e promover contato com a natureza.
- Espaços de sombra para garantir temperaturas amenas.
- Água para lavar as mãos, para beber e para brincar.
- Boa iluminação.
- Manutenção constante.

## 3 Entornos escolares

Criação de espaços seguros e convidativos permitindo que as famílias criem conexões entre si e com a escola.

- Redução da velocidade e aumento da segurança nas travessias em locais próximos a escolas, praças e centros de saúde.
- Transformação de espaços subutilizados em áreas lúdicas, de espera e/ou de brincar.

- Implantação de intervenções de acalmamento de tráfego.
- Estímulo à mobilidade ativa por meio de travessias seguras para ciclistas e pedestres.
- Construção de calçadas acessíveis, com rampas e largura livre mínima (de 1,20 m e ideal de 1,80 m).
- Realização de intervenções nos trechos com maior tráfego de veículos.
- Criação de conexões entre a escola e os espaços verdes do entorno.
- Estabelecimento de limite de velocidade veicular, com máxima de 30 km/h e ideal de 20 km/h.
- Instalação de iluminação adequada.

## 4 Ativação do espaço público

Promover ações que incentivem a população a usar e se apropriar de ruas, praças e outros espaços públicos.

- Podem ser eventos culturais, esportivos, educativos, prestação de serviços essenciais, entre outras atividades, para atrair diferentes públicos.
- O planejamento das atividades pode envolver coletivos, grupos comunitários, escolas, moradores e outros agentes locais.
- O espaço precisa estar bem sinalizado, com regras de uso, se houver.
- A divulgação é importante, por meio de redes sociais, imprensa, parceiros comunitários e outras formas de mídia.
- O monitoramento da utilização do espaço permite realizar ajustes contínuos.

## 4 Zonas prioritárias primeira infância

Trajetos entre espaços mais frequentados por famílias, gestantes, crianças pequenas facilitados e lúdicos.

- Prioridade para a circulação de pedestres, especialmente crianças, cuidadores e mulheres grávidas.
- Facilidade de conexão entre equipamentos públicos.
- qualificação dos caminhos mais percorridos a pé por famílias, com foco em ludicidade, segurança e cuidado com o entorno.
- Melhoria da infraestrutura urbana.
- Ênfase no meio ambiente e na natureza.
- Segurança viária, com medidas para a diminuir a velocidade dos veículos, a poluição sonora e do ar.
- Mobiliário urbano como apoio para as interações e o descanso, com bancos, bebedouros, trocadores etc.
- Sinalizações lúdicas.



# Fontes de informação

## Guia para a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância



[Link publicação](#)

## Plano Nacional pela Primeira Infância



[Link publicação](#)

## Equidade e integralidade na Primeira Infância



[Link publicação](#)

## Recomendações para os Planos pela Primeira Infância



[Link publicação](#)

## PNPI – Política Nacional Integrada da Primeira Infância

[Link publicação](#)

## Marco legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016)

[Link publicação](#)

## Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS



[Link site](#)

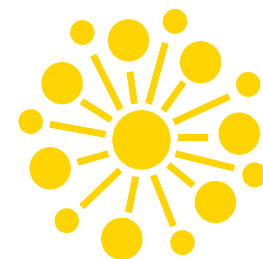
## Site Primeira Infância Priimeiro

[Link site](#)

## Site 1, 2, 3 e já!

[Link site](#)

# Links dos *modelos* de documentos



Todos estes modelos você encontra na aba [Guia do site primeira infância do MPMG](#)

- Modelo de Minuta do Decreto Criação do Comitê Intersectorial da Primeira Infância
- Modelo de Minuta do Regimento Interno do Comitê Intersectorial da Primeira Infância
- Modelo Carta Comitê Intersectorial da Primeira Infância (convite)
- Sugestão de roteiro de perguntas para escuta à população
- Sugestão de diagnóstico da primeira infância
- Modelo de Minuta Ofício para o CMDCA
- Modelo de Parecer do CMDCA (Apreciação do PMPI)
- Modelo de Minuta de Projeto de Lei PMPI

## Expediente

**Coordenação geral:** Graciele de Rezende Almeida

**Coordenação técnica:** Ana Clara Martins Albuquerque – Assessora Gestão Pública

### Equipe CAODCA

Ana Carolina Fernandino Vidal Pereira Santos – Oficial  
Flavio Henrique Silva Martins Lage – Oficial  
Saulo Marques Duarte – Analista Direito  
Fabiana Santos de Oliveira Carvalho – Assessora/Serviço Social  
Iony Cunha Bezerra – Analista/Serviço Social  
Daniel dos Reis da Silva Guimarães – Analista/Psicologia  
Adriana Stéfanny Santos Afonso  
Suellen Patrícia Coimbra da Silva  
Ana Clara de Araújo Pinheiro – Adolescente trabalhadora

**Guia Prático Projeto MaPI - Minas pela Primeira Infância** é uma publicação do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) em parceria com a Rede Primeira Infância - Minas Gerais (REPI-MG)

**Apoio:** Fundação Van Leer e Urban95

**Coordenação de conteúdo, texto e revisão:** Desirée Ruas

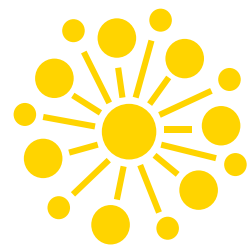
**Colaboração:** Fernanda Araújo Peroni, Galdina Arrais, Rogério Prado, Luiza de Iola, Cleia Barbosa, Ailton Alves

**Projeto gráfico e diagramação:** Luciana Sion

**Fontes:** Guia para elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); Trilha do PMPI da REPI-MG; Site Urban95.

### Créditos das imagens

Pg 2-3, 23, 27, 50: Amanda Andrade para Urban95 – Caminho das Infâncias, Belo Horizonte/MG  
Pg 28: Julia Berro para Urban95 – Caminho das Infâncias, Belo Horizonte/MG  
Pg 40: Mangue Action para Prefeitura Municipal do Recife - Praça das Infâncias, Recife/PE  
Pg 44: Alysson Vieira – Praça Tiradentes, Couto de Magalhães de Minas/MG  
Pg 54: Harrisan para Urban95 – Caminho das Infâncias, Belo Horizonte/MG  
Pg 59: Arquivo Urban 95 – Recife/PE  
Pg 18, 30, 32, 37, 52, 55 e 58: Desenhos das crianças dos municípios de Curvelo, Juiz de Fora, João Monlevade, Ponte Nova, Miradouro, Fruta de leite e Varginha



# MaPI

MINAS  
*pela* PRIMEIRA  
INFÂNCIA

## PARCEIROS



## APOIO



## IDEALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO



